

**PROJETO DE LEI Nº           , DE 2003**  
**(Da Sra. ANN PONTES)**

Acrescenta o art. 42-A à Lei nº  
8.078, de 11 de setembro de 1990.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990,  
passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 42-A:

“Art. 42-A Os fornecedores de produtos ou  
serviços, públicos ou privados, inclusive instituições financeiras e  
administradoras de cartões de crédito ficam obrigados a fornecer,  
quando solicitado pelo consumidor ou obrigatoriamente ao término de  
cada contrato, recibo de quitação discriminado e consolidado  
referente aos débitos quitados pelo consumidor até a data de sua  
emissão.

§ 1º Nos contratos em que não haja prazo definido  
de encerramento ou com cláusula de renovação automática, fica o  
fornecedor obrigado a emitir, todo mês de janeiro, recibo de quitação  
discriminado e consolidado referente aos débitos quitados pelo  
consumidor durante o ano civil anterior.

§ 2º Os recibos mencionados neste artigo serão  
fornecidos sem nenhum tipo de ônus ao consumidor.

Art. 2º Esta lei entra em vigor 30 (trinta) dias após  
sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

É um grande transtorno para o consumidor ter de  
guardar, por anos a fio, uma série infundável de recibos de todos os

formatos para, eventualmente, poder provar que honrou seus compromissos. Porém, ainda pior é perder qualquer desses recibos e ser obrigado a pagar duas vezes a mesma conta.

A emissão anual de um recibo de quitação de débitos facilitará, em muito, a vida do consumidor, pois este será obrigado a guardar apenas os recibos do ano corrente, mais os recibos anuais consolidados.

Ademais, não podemos esquecer que os serviços de prestação continuada têm crescido significativamente em nosso país, como fornecimento de água, energia elétrica, telefonia fixa e móvel, TV por assinatura, provedores de internet, administradoras de cartões de crédito, entre outros.

Cumpre ressaltar que consideramos a medida proposta de fácil implementação pelos fornecedores, pois quem controla a regularidade dos pagamentos de seus clientes pode, facilmente, emitir os recibos correspondentes.

Não é demais esclarecer que o objetivo desta proposição é idêntico ao dos PLs nºs 4.127/2001; 4.477/2001; 4.832/2001; e 5.902/2001 arquivados ao final da legislatura passada.

Pelas razões acima enunciadas, contamos com apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2003.

Deputada **ANN PONTES**